

Relatório de Auditores Independentes

**ENTIDADE: CEAPS - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO
SOCIAL E AMBIENTAL**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA PROCEDIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Santarém/PA

INDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	5
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	5
ASPECTOS TRABALHISTAS	7
ASPECTO CONTÁBIL	9
GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	10
CONTROLES ADMINISTRATIVOS, CONTÁBIL E PATRIMONIAL	10
PROJETOS FIRMADOS NO PERÍODO E EM ANDAMENTO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	10
RECURSOS RECEBIDOS NO PERÍODO.....	13
RENDIMENTOS POR PROJETO NO PERÍODO	14
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015	15
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015	16
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015	17
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31.12.2016 E 31.12.2015	17
ANÁLISE DAS CONTAS CONTÁBEIS.....	23

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

Ilmos (as) Senhores (as)
Diretores do **Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental**

Opinião

Examinamos as documentações contábeis do **CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental**, composto pelo Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do **CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação **CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da instituição é responsável por essas informações que compreende o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório financeiro da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta está distorcido de forma relevante. Se, com a base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo da elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências da auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da instituição ou atividades operacionais para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e conseqüentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamos que os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluído os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativo na auditoria as demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que um assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife (PE), 20 de março de 2017.
AUDICONTA - Auditores e Consultores S/C
CRC (PE) 000546/O-4



Eliano Roberto de Lima
Auditor/ Contador – CRC (PE) 005976/O-0

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Apresentamos a seguir o resultado do trabalho de auditoria independente com relação à elaboração sobre os aspectos da situação social, contábil e fiscal, tomando como elemento básico o Balanço Patrimonial e suas Demonstrações de Resultado, das mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa, encerrado em 31 de dezembro de 2016, elaborado sob a responsabilidade de sua administração.
- 1.2. Nossos trabalhos foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, utilizando-se do sistema por amostragem, que compreendeu o exame sobre as operações, registros, documentos em geral, livros sociais, registros contábeis – aos quais se refere o item antecedente colocado à nossa disposição para este fim, bem como os controles internos da entidade.
- 1.3. De forma subsidiária aos objetivos do trabalho, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre os controles internos, procedimentos contábeis em geral e sobre outras situações e providências julgadas necessárias.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1. Razão Social

Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS.

2.2. Forma de Entidade, Atos Constitutivos.

O CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental fundada em 17 de novembro de 1985 – foi constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, natureza filantrópica e sem vínculo político-partidário com a última alteração do Estatuto no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 8741 – Livro nº A-46 fls.105 em 05.03.2013.

2.3. Sede e Foro

A entidade tem sede e foro no município de Santarém – Estado de Pará – República Federativa do Brasil, situada à Rua Mendonça Furtado, 3979 – Bairro Liberdade – CEP: 68040-050 – Fone: (93) 3067.8000.

2.4. Prazo de duração

O prazo de duração da instituição é indeterminado.

2.5. Da Administração

Estabelece os artigos 15º ao 34º do Estatuto Social que a administração da Entidade competirá de uma Assembléia Geral (Instância Máxima) eleger uma Diretoria e Conselho Fiscal.

A última ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21.09.2015 elegeu e empossou a Diretoria e o Conselho Fiscal para o quadriênio 03.10.2015 a 02.10.2019 a qual foi registrada sob o nº 10872 – Livro A-57-fls 63 e 64 em 15.10.2015 no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que ficou assim constituído:

Diretoria	
Presidente:	Rodrigo José de Sampaio Leite Filho
Vice Presidente:	Otávio Dantas de Carvalho
1ª Secretária:	Marlúcia de Abreu Maia Kowal
2ª Secretária:	Maria Lúcia Bueno de Oliveira
1ª Tesoureira	Maisa Aparecida de Abreu Maia Cremonesi
2ª Tesoureira	Carlos Henrique Dantas de Carvalho

Conselho Fiscal	Suplentes
Américo Nesti Júnior Sônia da Silva Lorenz Márcia Ferreira Meireles	Silvia Ribeiro de Aquino Francisco Marcondes Barreto João Eduardo Canova

2.6. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ

Verificamos o CNPJ sob nº 55.233.555/0001-75 e constatamos que o mesmo encontra-se atualizado junto a Secretaria da Receita Federal com seu representante legal Sr. Rodrigo José Sampaio Leite Filho.

2.7. Licença de Funcionamento – Alvará – Cadastro Nº 5.4.36866

Verificamos que o CEAPS encontra-se com processo em andamento junto a Prefeitura municipal de Santarém para renovação da licença de funcionamento para o exercício o de 2017.

2.8. Sistema de Segurança Contra Incêndio

Verificamos que os extintores de incêndio foram recarregados conforme a auto vistoria elaborado pelo Corpo de Bombeiros emitido em 09.09.2016 com validade até 05.09.2017

2.9. Certidões Negativas de Débito junto aos Órgãos

Verificamos as certidões negativas apresentadas, as quais se encontram atualizadas junto aos órgãos:

Órgãos	Nº Certidão	Datas	
		Emissão	Validade
Proc. Geral Fazenda Nacional	CCA9.E794.D6CD.DEBD	19.10.2016	17.04.2017
Caixa Econômica Federal – FGTS	2017020301433546088560	03.02.2017	04.03.2017
Secretaria Receita Estadual	702016080482118-4	20.09.2016	19.03.2017
Prefeitura Municipal de Santarém	21632	20.01.2017	20.04.2017
Justiça do Trabalho	124086411 / 2017	03.02.2017	01.08.2017

2.10. Utilidade Pública

Verificamos através da documentação de título de Utilidade Pública dos seguintes Órgãos:

Utilidade Pública Municipal: Lei 16902/2001 de 21.05.2001

Utilidade Pública Estadual: Não Possui

Utilidade Pública Federal: Portaria nº 266 de 24.02.2006 emitida pelo Ministério da Justiça.

2.11. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Verificamos que o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome – MDS encontra-se com o processo em análise para renovação do certificado beneficente de assistência social – CEBAS.

2.12. Procuраções

- a) Verificamos as Procuраções de 01.06.2012 do **Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS** representado pelo Presidente Rodrigo José Sampaio Leite Filho e a Tesoureira Maisa Aparecida de Abreu Maia Cremonezi constituindo e nomeando como bastantes procuradore **Eugênio Scannavino Netto** e **Caetano Scannavino Filho** com amplos poderes para: 1) isoladamente, representar ativa e passivamente o CEAPS em juízo ou fora dele junto aos órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais; 2) receber doações e subvenções destinadas entidade; 3) levar e expor a Assembléia os relatórios da entidade; 4) abrir contas, dar quitação e executar toda e qualquer operação junto aos bancos e outras inerentes a entidade; confere **sempre em conjunto** com **Tibério Alloggio** emitir e assinar cheques – validade da procuраção: 4 anos.
- b) Verificamos as Procuраções de 19.01.2016 do **Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – CEAPS** representado pelo Presidente Rodrigo José Sampaio Leite Filho e a Tesoureira Maisa Aparecida de Abreu Maia Cremonezi, constituindo e nomeando como bastantes procuradores **Wander Luis Soares da Silva** e **Adriana Rodrigues** com amplos poderes para: 1) isoladamente, representar ativa e passivamente o CEAPS em juízo ou fora dele junto aos órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais; 2) receber doações e subvenções destinadas entidade; 3) levar e expor a

Assembléia os relatórios da entidade; 4) abrir contas, dar quitação e executar toda e qualquer operação junto aos bancos e outras inerentes a entidade; confere **sempre em conjunto** com **Tibério Alloggio** emitir e assinar cheques – validade da procuração: 4 anos

2.13. Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém

Verificamos que o **CEAPS** Encontra-se inscrita sob o nº 008 / 2002 e regular junto ao Conselho Municipal de Assistência Social conforme declaração em seu arquivo.

2.14. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDCA

Verificamos que o **CEAPS** Encontra-se inscrita na COMDICA sob o nº 012 / 2000 e regular junto ao órgão certificado que a entidade desenvolve programas de apoio sócio educativo em meio aberto com crianças e adolescente.

3. ASPECTOS TRABALHISTAS

3.1. Livro de Inspeção do Trabalho - LIT

Verificamos o Livro de Inspeção do Trabalho de nº 01 e constatamos que não houve fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego após nossa última visita.

3.2. Livro de Registro de Empregados - LRE

Examinamos o Livro de Registro do Trabalho – LRE nº 01 e 02 contendo 100 folhas, os quais encontram-se atualizados.

Relacionamos a seguir o pessoal contratado de acordo com o que preceitua a Legislação Trabalhista em vigor:

Funcionários	Datas		Função	Carga Horária	Tipo de Contrato	Livro fl.
	Admissão	Demissão				
Manoel Altamir de Sá Neves	01.10.01	-	Assist. Administrativo	44h	CLT	1/3
Caetano Scandinnavino Filho	01.08.02	-	Gerente Geral	44h	CLT	1/4
Elis Lucien Rodrigues Barbosa	03.05.04	-	Operador de Rádio	44h	CLT	1/8
Adriana Rodrigues Pontes	01.09.06	17.05.2016	Administradora	44h	CLT	1/13
Silvanei Rodrigues Correia	05.10.07	-	Téc. Org. Comunitária	44h	CLT	1/23
Andréa Colares	05.11.07	27.12.2016	Téc. Org. Comunitária	44h	CLT	1/24
Davide Dompermaier	10.01.08	-	Coord. Ecoflora	44h	CLT	1/25
Paulo Henrique Lima	01.04.08	-	Coord. Inclusão Digital	44h	CLT	1/31
Paula Cristina Golvin Matos	01.04.10	-	Recepcionista	44h	CLT	1/56
Fábio Anderson Rodrigues Pena	03.05.10	28.12.2016	Coord. Educomunicação	44h	CLT	1/58
Gabriel Alexandre de S. Abreu	16.11.10	01.09.2016	Téc. Comum. E Educação	44h	CLT	1/65
André Machado Barbosa	10.02.11	20.01.2016	Gestor Áudio/Vídeo	44h	CLT	1/67
João Carlos dos Santos Vieira	01.03.12	01.09.2016	Tec. Informática	44h	CLT	1/70
João Carlos Dombroski	01.06.12	-	Tec. Org. Comunitária	44h	CLT	1/72
Tibério Alloggio	01.08.12	-	Coord. Núcleo Org. Com.	44h	CLT	1/73
Alexandre Gaudino Imbiriba	02.05.2013	-	Tec. Campo	44h	CLT	1/75
Adriane Panduro Gama	01.09.2013	30.03.2016	Arte Educadora	44h	CLT	1/80
Jenilson Lopes	05.09.2013	24.09.2016	Tec. Campo	44h	CLT	1/81
Sebastião Alves dos Santos	01.10.2013	-	Zelador	44h	CLT	1/82
Mara Gisele Correa de Siqueira	01.10.2013	-	Tec. Campo	44h	CLT	1/83
Wander Luis Soares da Silva	01.10.2013	-	Contador	44h	CLT	1/84
Raimundo Henrique Cursino Martins	01.10.2013	-	Tec. Campo	44h	CLT	1/85
Valdemar Guimarães Paz	01.10.2013	-	Tec. Campo	44h	CLT	1/86

Funcionários	Datas		Função	Carga	Tipo de	Livro fl.
	Admissão	Demissão		Horária	Contrato	
Edna Reis Costa Araujo	02.01.2014		Gestor de PMAS	44h	CLT	1/88
Livaldo Sarmiento da Silva	02.01.2014		Tec. Org. Comunitária	44h	CLT	1/89
Maria do Socorro Souza da Mota	02.01.2014	21.09.2016	Eng. Florestal	44h	CLT	1/90
Moiseis de Santana Quaresma	02.01.2014	21.09.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	1/91
Paulo Silvano de Sousa Martins	02.01.2014	21.09.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	1/92
Alailson Sousa Rego	02.01.2014	21.09.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	1/93
Francisco Sales Ferreira Junior	03.02.2014		Tec. de Campo	44h	CLT	1/94
Everton Martins de Lima	01.04.2014		Assist. Administrativo	44h	CLT	1/96
Júlio Cezar Vasconcelos Mota	01.04.2014	07.10.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	1/97
Moiacir Imbiriba Rodrigues	01.04.2014		Tec. de Campo	44h	CLT	1/98
Nevaldo Barroso da Costa	01.04.2014	21.09.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	1/99
José Wivies Santos de Sousa	02.05.2014		Marinheiro Florestal	44h	CLT	2/02
Lenilza Farias	02.05.2014	21.09.2016	Tec. de Campo	44h	CLT	2/03
Rosivaldo Lopes Santos	02.05.2014	Afastado INSS	Marinheiro Florestal	44h	CLT	2/04
Natanael Alves de Souza	01.06.2014	21.09.2106	Tec. Org. Comunitária	44h	CLT	2/05
Jair Dourado Lopes	01.10.2014		Tec. de Campo	44h	CLT	2/08
João Francisco Miranda de Souza	02.02.2015	28.12.2016	Marinheiro Fluvial	44h	CLT	2/10
Walter Oliveira da Silva	02.03.2015		Téc. Campo	44h	CLT	2/11
Caroline Peixoto Pilleti Spinola	01.08.2015		Gestora Pedagógica	44h	CLT	2/13
Glauce Oliveira Lima	01.08.2015		Téc. Em Informática	44h	CLT	2/14
Steve Marqueen Fernando Souza da Silva	01.09.2015		Gestor do CEFA	44h	CLT	2/15
Ednalva Santos de Sousa	01.10.2015		Faxineira	44h	CLT	2/16
Nelson Rodrigues Pontes	01.02.2016		Motorista	44h	CLT	2/17
Carlos André Ferreira Souza	01.02.2016		Assist. Administrativo	44h	CLT	2/18
Arivan Figueiredo Vinente	01.06.2016		Téc. Informática	44h	CLT	2/19
Adriana Rodrigues Pontes	01.11.2016		Administradora	44h	CLT	2/20

3.3. Atestado de Saúde Ocupacional

Verificamos que os atestados de saúde de alguns funcionários encontram-se atualizados.

3.4. Quadro de Horário de Trabalho

Verificamos o Quadro de Horário de Trabalho e constatamos que o mesmo encontra-se atualizado.

3.5. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Verificamos o CAGED do período examinado e qual confrontamos com o Livro de Registro de Empregados, rescisões de contrato de trabalho e constatamos a seguinte movimentação:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Início 2016	45	44	46	45	45	44	45	45	45	35	34	35	45
Admissão 2016	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	4
Demissão 2016	1	0	1	0	1	0	0	0	10	1	0	4	18
Final 2016	44	46	45	45	44	45	45	45	35	34	35	31	31

3.6. RAIS – Relação Anual e Informação Social

Verificamos que no momento de nossa visita a RAIS / 2017 estava sendo confeccionada para ser entregue junto ao Ministério do Trabalho e Emprego dentro do prazo.

3.7. Folhas de Pagamento

Examinamos as folhas de pagamento do período examinado e constatamos sem anormalidades quanto ao seu pagamento.

3.8. Declaração Escolar e Carteira de Vacinação

Verificamos que o setor de recursos humanos vem solicitando semestralmente a declaração escolar, como também a carteira de vacinação dos filhos dos empregados que recebeu salário família. Constatamos que a documentação acima encontram-se regular.

3.8. Rescisões de Contrato de Trabalho

Examinamos as Rescisões de Contrato de Trabalho do período e constatamos que as mesmas foram homologadas sem restrições quanto ao seu pagamento, relacionadas a seguir:

Funcionários	Datas		Verbas Rescisórias	Multas Rescisórias	Total	Causa do Afastamento	Homologado P/ M. Trabalho
	Admissão	Demissão					
André Machado Barbosa	10.02.2011	20.01.2016	5.716,67	-	5.716,67	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Adriane Panduro Gama	01.09.2013	30.03.2016	2.853,28	2.846,96	5.700,24	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Adriana Rodrigues Pontes	01.09.2006	17.05.2016	8.342,54	11.570,06	19.912,60	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Gabriel Alexandre de S. Abreu	16.11.2010	01.09.2016	6.065,78	5.523,89	11.589,67	Dispensa sem Justa Causa	Sim
João Carlos dos Santos Vieira	01.03.2012	01.09.2016	3.774,33	3.363,12	7.137,45	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Jenilson Lopes	05.09.2013	24.09.2016	2.109,32	1.434,33	3.543,65	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Maria do Socorro Souza da Mota	02.01.2014	21.09.2016	8.751,10	8.042,05	16.793,15	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Moiseis de Santana Quaresma	02.01.2014	21.09.2016	3.668,00	3.220,73	6.888,73	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Paulo Silvano de Sousa Martins	02.01.2014	21.09.2016	2.727,98	2.382,89	5.110,87	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Alailson Sousa Rego	02.01.2014	21.09.2016	4.548,75	4.024,64	8.573,39	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Nevaldo Barroso da Costa	01.04.2014	21.09.2016	2.595,98	1.169,22	3.765,20	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Lenilza Farias	02.05.2014	21.09.2016	2.416,56	1.134,13	3.550,69	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Natanael Alves de Souza	01.06.2014	21.09.2016	3.185,14	3.446,98	6.632,12	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Júlio Cezar Vasconcelos Mota	01.04.2014	07.10.2016	942,77	1.172,37	2.115,14	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Andréa Colares	05.11.2007	27.12.2016	5.704,89	10.649,70	16.354,59	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Fábio Anderson Rodrigues Pena	03.05.2010	28.12.2016	7.208,69	14.850,21	22.058,90	Dispensa sem Justa Causa	Sim
José Wivies Santos de Sousa	02.05.2014	28.12.2016	8.145,35	3.828,36	11.973,71	Dispensa sem Justa Causa	Sim
João Francisco Miranda de Souza	02.02.2015	28.12.2016	10.407,72	3.300,58	13.708,30	Dispensa sem Justa Causa	Sim
Total			89.164,85	79.113,26	168.278,11		

3.9. Aviso e Recibo de Férias

Examinamos os 39 (Trinta e Nove) Avisos e recibos de férias do período examinado e constatamos sem anormalidades quanto ao seu pagamento.

4. ASPECTO CONTÁBIL

4.1. Contabilidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por ações - Lei 6404/76, alteradas pelas Leis nº 11638/047 e nº 11941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

4.2. DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

Verificamos as DCTF's do período examinado e constatamos que as mesmas foram entregues mensalmente junto a Secretaria da Receita Federal conforme recibos em seu arquivo.

4.3. DIRF – Declaração de Imposto de Renda na Fonte

Verificamos a DIRF, ano base 2016, foi entregue pelo setor contábil dentro do prazo à Secretaria da Receita Federal conforme recibo nº 881166768 de 09.02.2017.

5. GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

5.1. Guias de INSS, FGTS e PIS S/ Folha, Imposto de Renda Fonte e ISS.

Verificamos as guias de recolhimento do período do exercício referente ao INSS, FGTS e PIS S/ Folha, Imposto de Renda na Fonte e ISS (Imposto Sobre Serviço), e constatamos que as mesmas foram recolhidas regulamente dentro do prazo legal pelos órgãos.

6. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBIL E PATRIMONIAL

6.1. Controles Administrativos

O controle de projetos e movimentação financeira se encontra informatizado, permitindo assim maior velocidade nas informações gerenciais, o que possibilita tomada de decisões com maior segurança por parte de sua coordenação financeira. A metodologia utilizada contempla informações para controle orçamentário, financeiro e administrativo, apresentando no momento, um nível satisfatório de segurança no acesso aos dados processados.

6.2. Análise da Aplicação dos Recursos e Documental

- Examinamos toda documentação da aplicação dos recursos do período os quais confrontamos com seus registros na contabilidade e extratos bancários e não encontramos quaisquer evidências de erros, que pudessem afetar o saldo apresentado nos demonstrativos financeiros dos projetos;
- Verificamos que toda documentação contábil estava suportada com cópia de cheque, recibos, notas fiscais, configurando uma documentação idônea e hábil para comprovação das despesas de cada projeto.
- As documentações analisadas estavam identificadas com o nome do doador e o número do projeto.

7. PROJETOS FIRMADOS NO PERÍODO E EM ANDAMENTO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

7.1.

FONTE: Fundação Telefônica – Vivo

CONTRATO Nº: 94-14

PROJETO CONEXÃO AMAZÔNICA – EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO TAPAJOS

OBJETIVO: Dá continuidade na implantação da plataforma de desenvolvimento de empreendedorismo

VALOR DO PROJETO: R\$ 536.967,48

DATA DA ASSINATURA: 08.05.2014

PERÍODO DE EXCEUÇÃO: até 30.04.2015

PRORROGAÇÃO: 4º Aditivo em 29.09.2015 até 31.03.2016

7.2.

FONTE: Fundação Telefônica – Vivo

OBJETIVO: Projeto Técnico

VALOR DO PROJETO: R\$ 473.494,00

DATA DA ASSINATURA: 19.02.2016

EXCEUÇÃO ATÉ: 31.12.2016

TERMO ADITIVO E SUPLEMENTAÇÃO AO PROJETO

VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 129.000,00

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 07.11.2016

EXCEEXEÇÃO ATÉ: 31.03.2017

7.3.

PETRÓLEO BRASILEIRA S/A - PETROBRAS

CONVÊNIO Nº: 6000.0086990.13.2 – Rede de Educação Popular pelos Direitos das Crianças e Adolescentes da Amazônia.

OBJETIVO: Promover oportunidades de aprendizagem cidadã e inclusão social para crianças e adolescentes de comunidades ribeirinhas da Amazônia através da Formação de uma rede intercomunitária de Educação Popular para Promoção de Campanhas Educativas e realização de ações socioeducativas.

VALOR DO ORÇAMENTO: R\$ 992.243,34

DATA DA ASSINATURA: 16.12.2013

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 730 DIAS a partir da assinatura do contrato

7.4.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Nº CONTRATO: 004

OBJETIVO: Prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATER a trabalhadores rurais assentados no âmbito da SR30.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.992.386,81 na seguinte forma:

R\$ 1.126.976,68 – no exercício de 2013

R\$ 2.307.039,98 – no exercício de 2014

R\$ 558.370,15 – no exercício de 2015

DATA DA ASSINATURA: sem data

7.5.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Nº CONTRATO: 005

OBJETIVO: Prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATER a trabalhadores rurais assentados no âmbito da SR30.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.175.448,07 na seguinte forma:

R\$ 795.138,70 – no exercício de 2013

R\$ 1.964.045,32 – no exercício de 2014

R\$ 558.370,15 – no exercício de 2015

DATA DA ASSINATURA: sem data

7.6.

ASSOCIAÇÃO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – FUNDO VALE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA – Nº DE REFERÊNCIA: 063/2013

TÍTULO DO PROJETO: Apoio ao Desenvolvimento Territorial integrado em unidades de conservação da Amazônia.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.027.036,94 na seguinte forma:

R\$ 1.234.964,60 – out/13 a set/14 – Fundo Vale

R\$ 624.349,00 – out/13 a set/14 – Contrapartida

R\$ 1.184.461,48 – out/14 a set/15 – Fundo Vale

R\$ 428.997,00 – out/14 a set/15 – Contrapartida

R\$ 1.185.464,86 – out/15 a set/16 – Fundo Vale

R\$ 368.800,00 – out/15 a set/16 – Fundo Vale

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Outubro/2013 a Setembro/2016

7.7.

FONTE: FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE - FUNBIO

CONTRATO DE APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO DO PROJETO: Economia da Floresta – uma Iniciativa na Redex Tapajós Arapiuns

CONVÊNIO Nº: 135 / 2014

OBJETIVO: Estabelecer na região do baixo Amazonas um novo processo referencial de capacitação rural visando modificar de forma gradual, a atual dependência das práticas de corte e queimada em prol de empreendimentos e sistemas produtivos agroecológicos e florestais- integrados, sustentáveis e permanentes, que reduzam os impactos ambientais, o desmatamento, as emissões de GEE, fixando carbono, e ao mesmo tempo contribuindo com a segurança alimentar e elevando a renda familiar.

VALOR DO ORÇAMENTO: R\$ 12.000.644,34. Sendo Próprio II – R\$ 2.999.870,00 e Contrapartida – R\$ 900.774,34

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12.11.2014

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: 30 MESES, início de novembro de 2014 à 31 de Maio de 2017.

7.8.

FONTE: FUNDO VALE

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº DE REFERÊNCIA: 091 / 2016

OBJETIVO: Gestão e responsabilidade, de ações de defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável por meio do projeto " Centro floresta ativa no apoio à cadeias produtivas da sociobiodiversidade".

VALOR DO ORÇAMENTO: R\$ 400.000,19.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12.05.2016

EXECUÇÃO DO PROJETO, RETROATIVO A 01.05.2016 ATÉ 31.12.2016 (8 ANOS).

7.9.

FONTE: AVINA-AMERICAS

PROJETO: Promovendo o acesso a água na região Amazônica.

OBJETIVO: Implementar dois microssistemas de abastecimento de água em duas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns.

Nº REFERÊNCIA: I-2015-01/91

VALOR DO PROJETO: R\$ 69.000,00.

DATA DA ASSINATURA: 22.07.2015

EXECUÇÃO: 01.07.2015 a 30.06.2016

7.10.

FONTE: AVINA-AMERICAS

Nº REFERÊNCIA: 2015-225

OBJETIVO: Contribuição de acesso ao abastecimento de águas em duas comunidades de Resex Tapajó-Arapiuns.

VALOR DO PROJETO: R\$ 64.965,00.

DATA DA ASSINATURA: 21.04.2016

EXECUÇÃO: 01.04.2016 a 31.03.2017

7.11.

FONTE: MOTT Foundation

PROJETO: Energia solar para Amazônia

Nº REFERÊNCIA: 2015-00698

VALOR DO PROJETO: U\$ 400.000,00.

DATA DA ASSINATURA: 16.11.2016

EXECUÇÃO: 01.10.2016 a 30.09.2018

8. RELAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS NO PERÍODO

Relacionamos a seguir os recursos recebidos no exercício de 2016.

Fontes	Data Crédito	Recursos Recebidos			Banco	Agência	C/C
		Exercício Anterior	2016	Total			
Ecoturismo	Recursos 2015	8.177,58	-	8.177,58	Brasil	0130-9	1175-4
Sub Total		8.177,58	-	8.177,58			
KAS	Recursos 2015	-	-		Brasil	0130-9	15572-1
	01.03.2016	-	13.000,00				
	17.05.2016	-	19.000,00				
	01.06.2016	-	15.000,00				
	03.08.2016	-	27.500,00	74.500,00			
Sub Total		-	74.500,00	74.500,00			
Fundo Vale	Recursos 2015	116.125,48	-	116.125,48	Brasil	0130-9	82496-8
	25.02.2016	-	116.697,67				
	25.02.2016	-	220.924,20				
	26.09.2016	-	126.902,05	464.523,92			
Sub Total		116.125,48	464.523,92	580.649,40			
BMZ-LAZ	Recursos 2015	19.763,51	-	19.763,51	Brasil	0130-9	41758-0
	27.01.2016	-	233.600,99				
	16.03.2016	-	116.452,00				
	18.04.2016	-	97.803,15				
	28.06.2016	-	194.738,75				
	13.09.2016	-	194.309,57				
	07.11.2016	-	71.595,46				
	23.12.2016	-	50.985,00	959.484,92			
Sub Total		19.763,51	959.484,92	979.248,43			
VIVO	Recursos 2015	149.999,14	-	149.999,14	Brasil	0130-9	58872-5
	04.01.2016	-	29.169,48				
	18.05.2016	-	142.048,20				
	30.05.2016	-	142.048,20				
	09.09.2016	-	142.048,20				
	01.12.2016	-	47.349,40	502.663,48			
Sub Total		149.999,14	502.663,48	652.662,62			
Petrobrás	Recursos 2015	11.143,07	-	11.143,07	Brasil	0130-9	79671-9
	05.04.2016	-	99.224,33				
	25.05.2016	-	99.224,33	198.448,66			
Sub Total		11.143,07	198.448,66	209.591,73			
ATER	Recursos 2015	543.717,19	-	543.717,19	Brasil	0130-9	84252-4
	23.02.2016	-	103.279,58				
	01.03.2016	-	70.505,19				
	15.06.2016	-	166.364,19				
	25.07.2016	-	154.101,21				
	09.09.2016	-	39.674,66				
	20.09.2016	-	141.578,53				
	30.09.2016	-	113.738,88				
	16.11.2016	-	94.976,50				
	14.12.2016	-	53.517,19	937.735,93			
Sub Total		543.717,19	937.735,93	1.481.453,12			
Funbio	Recursos 2015	3.232,04	-	3.232,04	Brasil	0130-9	90096-6
	07.01.2016	-	743.000,00				
	31.12.2017	-	400.000,00	1.143.000,00			
Sub Total		3.232,04	1.143.000,00	1.146.232,04			
Doações P. Jurídica / P. Física	Recursos 2015	1.698.897,45	-	1.698.897,45	Brasil	0130-9	51159-5
	01..01 a 21.12.2015	-	519.339,78	519.339,78			
Sub Total		1.698.897,45	519.339,78	2.218.237,23			
Lázio / Itália	Recursos 2015	181,71	-	181,71	Brasil	0130-9	14681-1
	29.02.2016	-	36.110,81	36.110,81			
Sub Total		181,71	36.110,81	36.292,52			
Avina	13.09.2016	-	154.228,77	154.228,77	Brasil	0130-9	96831-5
Sub Total		-	154.228,77	154.228,77			
Fundo Vale Overhead	25.05.2016	-	33.138,63	33.138,63	Brasil	0130-9	96350-x
	26.09.2016	-	19.035,31	19.035,31			
Sub Total		-	52.173,94	52.173,94			
Doação Mapfre	22.11.2016	-	56.720,00	56.720,00	Brasil	0130-9	96943-5
Sub Total		-	56.720,00	56.720,00			
Doações Mott Overhead	22.12.2016	-	198.567,36	198.567,36	Brasil	0130-9	97439-0
Sub Total		-	198.567,36	198.567,36			
Doações Mott Foundation	22.12.2016	-	798.332,64	798.332,64	Brasil	0130-9	97438-2
Sub Total		-	798.332,64	798.332,64			
TOTAL		2.551.237,17	6.095.830,21	8.647.067,38			

9. RENDIMENTOS POR PROJETO NO PERÍODO

Meses	Rubrica	R\$
Rendimentos de Aplicação		96.564,20
Jan a Dez/2016	Fundação Funbio	16.129,89
Jan a Dez/2016	Projeto Vivo	8.784,00
Jan a Dez/2016	Fundo Vale	5.853,79
Jan a Dez/2016	Doações	46.145,51
Jan a Dez/2016	BMZ / LA2	15.822,46
Jan a Dez/2016	Ecoturismo	331,02
Jan a Dez/2016	Projeto ATER	3.059,23
Jan a Dez/2016	Petrobrás	101,30
Jan a Dez/2016	Avina	165,92
Jan a Dez/2016	Fundo Vale Overheard	171,08
Rendimentos de Poupança Demissional		18.092,95
Jan a Dez/2016	Fundo Vale	1.707,40
Jan a Dez/2016	BMZ / LA2	1.305,83
Jan a Dez/2016	Fundação Funbio	136,11
Jan a Dez/2016	Projeto Lázio	0,36
Jan a Dez/2016	Projeto ATER	3.042,57
Jan a Dez/2016	Projeto Vivo	2.481,38
Jan a Dez/2016	Doações	356,10
Jan a Dez/2016	Salário	8.721,77
Jan a Dez/2016	Fundo Vale Overheard	7,90
Jan a Dez/2016	Mott Foundation	333,53
Total		114.657,15

10. BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015.**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - CEAPS**

C.N.P.J. 55.233.555/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Membros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. O CEAPS é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 17 de novembro de 1985, e tem como objetivo apoiar processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentado, contribuindo de maneira demonstrativa com experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais na Amazônia, atendendo as pessoas mais necessitadas desta região, conforme especificado no relatório anual de atividades. Além das gratuidades concedidas, as doações foram aplicadas nas atividades operacionais da entidade.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Santarém (PA), 31 de dezembro de 2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL - CEAPS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 Em R\$ (Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.16	31.12.15		31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE	<u>4.591.727,56</u>	<u>2.963.030,84</u>	CIRCULANTE	<u>281.956,03</u>	<u>327.073,19</u>
Disponibilidades	-	-	Empréstimos Financiamentos	182.500,00	256.000,00
Caixa	1.089.089,09	23.738,65	Encargos Sociais Trabalhistas	<u>98.644,02</u>	<u>70.298,35</u>
Banco e Movimento	3.152.788,00	1.923.156,38	Férias a Pagar	-	774,84
Aplicações Financeiras	167.350,47	176.450,21	Contas a Pagar	-	561,50
Poupança - Banco do Brasil			Fornecedores	-	213,34
	<u>182.500,00</u>	<u>839.669,44</u>	Cheques a Compensar	<u>812,01</u>	-
REALIZÁVEL A C. PRAZO			Obrigações Fiscais	<u>812,01</u>	-
Créditos	-	73.858,14	ISS à Recolher	<u>4.160.316,83</u>	<u>2.551.237,17</u>
Adiant. P/Const. Micro Sistema	182.500,00	256.000,00	NÃO CIRCULANTE	<u>4.160.316,83</u>	<u>2.551.237,17</u>
Contas a Receber	-	509.811,30	PROJETO A EXECUTAR	<u>1.952.064,33</u>	<u>1.698.897,45</u>
Contas a Receber do INCRA			Convênio Doações	<u>180.351,50</u>	<u>3.232,04</u>
	<u>531.248,62</u>	<u>649.704,63</u>	Conv. Funbio	-	8.177,58
NÃO CIRCULANTE	<u>2.169.352,56</u>	<u>2.169.352,56</u>	Convênio Ecoturismo	<u>11.153,07</u>	<u>181,71</u>
Imobilizado	439.669,72	439.669,72	Convênio Lazio	<u>37.045,92</u>	<u>19.763,51</u>
Aparelhos & Equipamentos	300.671,47	300.671,47	Convênio BMZ/LAZ	<u>103.874,89</u>	<u>149.999,14</u>
Computadores & Periféricos	270.269,00	270.269,00	Convênio Projeto Vivo	<u>143.177,59</u>	-
Ambulancha/Barco	2.253,94	2.253,94	Convênio Avina	-	11.143,07
Direito Uso L. Telefônica	316.908,41	316.908,41	Convênio Petrobras	<u>81.356,67</u>	<u>116.125,48</u>
Imóveis	239.315,85	239.315,85	Convênio Fundo Vale	<u>809.421,91</u>	<u>543.717,19</u>
Máquinas & Equipamentos	93.417,87	93.417,87	Convênio Ater	<u>796.233,88</u>	-
Móveis & Utensílios	134.504,85	134.504,85	Convênio Mott Foundation	<u>45.637,07</u>	-
Terrenos	353.019,40	353.019,40	Convênio Mapfre	<u>680.703,32</u>	<u>734.425,11</u>
Veículos	19.322,05	19.322,05	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>953.331,08</u>	<u>953.331,08</u>
Software	(1.638.103,94)	(1.519.647,93)	Patrimônio Social	<u>79.582,77</u>	<u>79.582,77</u>
(-)Deprec. Acumulada			Doações Patrimoniais	<u>(1.631.645,97)</u>	<u>(1.605.700,34)</u>
			Ajuste do Exercício Anterior	<u>1.307.211,60</u>	<u>1.272.734,42</u>
			Superávit/Déficit Acumulado	<u>(27.776,16)</u>	<u>34.477,18</u>
			Resultado do Exercício		
TOTAL DO ATIVO	<u>5.122.976,18</u>	<u>3.612.735,47</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>5.122.976,18</u>	<u>3.612.735,47</u>

Santarém – Pa, 31 de Dezembro de 2016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rodrigo Jose de Sampaio Leite Filho	Wander Luis Soares da Silva
CEAPS	CRC - PA 013062/O-0
CPF. 063.529.118-54	CPF. 511.256.922-00

11. DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2016 E 2015- Em R\$ (Reais)		
RECEITAS	31.12.2016	31.12.2015
DOAÇÕES CONDICIONAIS	<u>4.737.785,30</u>	<u>3.161.811,71</u>
Doação Avina	154.228,77	-
Doação Konrad Adenauer Stiftung - KAS	74.500,00	136.000,00
Doação Fundo Vale Overhead	52.173,94	-
Doação Mapfre	56.720,00	-
Doação Regione Lazio/Itália	36.292,52	1.486,22
Doação Projeto Vivo	652.662,62	636.162,66
Doação Eco Turismo	8.177,58	45.352,36
Doação Mott Overhead	198.567,36	-
Doação LAZ/UE	979.248,43	752.605,23
Doação Fundação Carlos Chagas	-	61.544,74
Doação Fundo Vale	580.649,40	977.902,77
Doação Funbio	1.146.232,04	550.757,73
Doação Mott Foundation	798.332,64	-
DOAÇÕES INCONDICIONAIS	<u>2.218.237,23</u>	<u>1.960.726,35</u>
Doação - PJURUDICA/PFISICA	2.218.237,23	1.960.726,35
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>114.660,09</u>	<u>103.200,27</u>
Receitas Financeiras	114.660,09	103.200,27
SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	<u>1.691.044,85</u>	<u>2.041.572,92</u>
Doação Petrobras	209.591,73	500.420,19
Doação Ater	1.481.453,12	1.541.152,73
Doação Sagri	-	-
(-) Transferencia para Projeto a Executar	(4.160.316,83)	(2.551.237,17)
(-) Transferencia para devolução de Sagri	-	-
TOTAL DAS RECEITAS	<u>4.601.410,64</u>	<u>4.716.074,08</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(2.342.820,49)</u>	<u>(1.995.806,62)</u>
Despesas Avina	(6.263,07)	-
Despesas Konrad Adenauer Stiftung	(33.867,12)	(63.553,08)
Despesas Fundo Vale	(238.163,55)	(473.666,12)
Despesas Ecoturismo	(91,20)	(17.785,17)
Despesas Doações Pessoa Jurídica	(341.951,20)	(255.749,44)
Despesas Reg. Lazio	(29,00)	(304,80)
Despesas Mapfre	(4.843,04)	-
Despesas Funbio	(682.386,40)	(518.712,48)
Despesas Mott Overhead	(26.037,29)	-
Despesas Administrativas	(137.617,74)	(125.571,56)
Despesas BMZ/LAZ	(571.715,84)	(251.180,66)
Despesas Projeto Vivo	(275.550,18)	(266.432,45)
Despesas Fundação Carlos Chagas	-	(22.850,86)
Despesas Fundo Vale Overhead	(24.304,86)	-
CUSTO C/FILANTROPIA - GRATUIDADES	<u>(1.454.582,46)</u>	<u>(1.253.351,55)</u>
Custo c/Formação	(838.801,76)	(742.636,75)
Custos c/Recursos Humanos	(615.780,70)	(510.714,80)
Custos c/Capacitação	-	-
Custo c/Doação	-	-
SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	<u>(831.783,85)</u>	<u>(1.432.438,73)</u>
Convênio ATER	(689.270,11)	(961.726,53)
Convênio Petrobras	(187.960,86)	(470.712,20)
TOTAL DAS DESPESAS	<u>(4.629.186,80)</u>	<u>(4.681.596,90)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>(27.776,16)</u>	<u>34.477,18</u>

Santarém – Pa, 31 de Dezembro de 2016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rodrigo Jose de Sampaio Leite Filho	Wander Luis Soares da Silva
CEAPS	CRC - PA 013062/O-0
CPF. 063.529.118-54	CPF. 511.256.922-00

12. FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2016 E 31.12.2015.

FLUXO DE CAIXA	31.12.2016	31.12.2015
<i>Atividades Operacionais</i>		
<i>Superávit (Déficit) do exercício</i>	(27.776,16)	34.477,18
<i>Itens que não afetam o caixa</i>		
Depreciação	118.456,01	122.693,44
Outros Itens	615.261,39	17.233,27
<i>Investimentos em Capital de Giro</i>		
<i>(Aumento) Redução de Ativos</i>		
Créditos a Receber	73.500,00	(445.811,30)
<i>Aumento (Redução) de Passivos</i>		
Fornecedores	-	(774,84)
Empréstimos e Financiamentos	(73.500,00)	(64.000,00)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(29.157,68)	(45.105,21)
Projetos a Executar	1.609.079,66	2.371.741,10
<i>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</i>	2.285.866,16	1.990.453,64
<i>Atividades de Investimentos</i>		
Investimentos em Ativo Imobilizado	-	11.000,00
<i>Caixa gerado pelas Atividades de Investimentos</i>	2.285.866,16	1.979.453,64
<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos</i>	-	-
Reserva de Investimento	-	-
<i>Caixa proveniente das Atividades de Financiamentos</i>		
<i>Aumento (Redução) das Disponibilidades</i>	2.285.866,16	1.979.453,64
<i>Saldo Inicial</i>	2.123.361,40	143.907,76
<i>Saldo Final</i>	4.409.227,56	2.123.361,40

Santarém – Pa, 31 de Dezembro de 2016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

13. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31.12.2016 E 31.12.2015.

Rubricas	Patrimônio Social	Doações Patrimoniais	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste do Exercício	Total
<i>Saldo em 31.12.2014</i>	953.331,08	79.582,77	1.260.087,99	12.646,43	(1.605.031,65)	700.616,62
Ajuste do Exercício	-	-	-	-	(668,69)	(668,69)
Baixa e Doações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferência Result. Anterior	-	-	12.646,43	-	-	-
Superávit do Exercício	-	-	-	34.477,18	-	34.477,18
Saldos em 31.12.2015	953.331,08	79.582,77	1.272.734,42	34.477,18	(1.605.700,34)	734.425,11
Ajuste do Exercício	-	-	-	-	(25.945,63)	(25.945,63)
Baixa e Doações Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferência Result. Anterior	-	-	34.477,18	-	-	-
Superávit do Exercício	-	-	-	(27.776,16)	-	(27.776,16)
Saldos em 31.12.2016	953.331,08	79.582,77	1.307.211,60	(27.776,16)	(1.631.645,97)	680.703,32

Santarém – Pa, 31 de Dezembro de 2016

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Rodrigo Jose de Sampaio Leite Filho	Wander Luis Soares da Silva
CEAPS	CRC – PA 013062/O-0
CPF. 063.529.118-54	CPF. 511.256.922-00

14. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2016 E 31.12.2015.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Natureza Jurídica

O CEAPS é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 17 de novembro de 1985, e tem como objetivo apoiar processos participativos e integrado de desenvolvimento comunitário global e sustentado, contribuindo de maneira demonstrativa com experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais na Amazônia, atendendo as pessoas mais necessitadas desta região, conforme objetivos traçados em Estatuto Social.

TÍTULOS PÚBLICOS DE QUALIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO PÚBLICO

- Reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Municipal através da lei 16902/2001 de 21.05.2001.
- O Ministério da Justiça reconheceu o CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental como entidade de Utilidade Pública Federal através da portaria Nº 266 de 24.02.2006.
- O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS concedeu ao CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS através do processo 71.000.000531/2010-21, com validade de 28.05.2010 à 27.05.2015.

FINALIDADES

- Promover técnica e atividades de desenvolvimento comunitário sustentável.
- Organizar e capacitar a participação popular na promoção ativa na cidadania da saúde e da educação de base e humana, identidade cultural.
- a) Promover técnicas e atividades de desenvolvimento comunitário sustentável;
- b) Organizar e capacitar a participação popular na promoção ativa da cidadania, da saúde e da educação de base humana, auto-ajuda, desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da identidade cultural;
- c) Desenvolver e aperfeiçoar os serviços de assistência básica e de gestão das políticas de maneira transparente e participativa;
- d) Estimular e promover atividades artísticas e culturais de caráter educativo;
- e) Desenvolver técnicas alternativas de aproveitamento dos recursos naturais de maneira racional e sustentável;
- f) Fortalecer a identidade e valores culturais das comunidades de base;
- g) Realizar cursos, eventos e estágios para interesses e colaboradores, acadêmicos e profissionais de áreas afins;
- h) Promover ativa e permanentemente a melhoria das condições de vida;
- i) Organizar e aprimorar sistema operacional que permita a auto-suficiência da entidade;
- j) Colaborar com autoridades e instituições congêneres;
- k) Agenciar, planejar, dirigir, executar e controlar projeto de desenvolvimento setorial ou econômico, conexos com objetivos do CEAPS, inclusive em forma associativa ou, ainda, como representante de órgãos nacionais e internacionais;
- l) Defender os direitos da criança e do adolescente; defender os direitos das minorias étnicas; defender os direitos das populações socialmente excluídas e/ou com necessidades especiais;
- m) Defender o direito universal, comum a todos os homens, à promoção ativa e permanente de condições de vida e do bem estar físico, psíquico e social;
- n) Defender o direito de caráter geral e socioeconômico, à remuneração digna pelo trabalho, à alimentação, e nutrição adequadas, à habitação, ao emprego, à educação básica, à saúde, à preservação do meio ambiente, à conservação dos valores culturais e ao respeito às formas de organizações própria das comunidades;
- o) Defender a responsabilidade parcial, porém intransferível, da aplicação das técnicas propriamente ditas, na promoção ativa das populações e sua participação nas políticas públicas e movimentos sociais organizados de caráter geral;
- p) Defender o direito e a responsabilidade das comunidades de base como agentes ativos e determinantes nas ações a ela dirigidas e nela desenvolvidas;
- q) Defender o dever do poder público na manutenção dos serviços de assistência básica e a corresponsabilidade da população na sua promoção;
- r) Formar parcerias com entidade privadas e públicas;
- s) Promover eventos e atividade de captação de recursos para cumprimento das finalidades estatutárias, sendo a renda dessas atividades e eventos totalmente revertida pra o desenvolvimento do CEAPS;

- t) Promover atividades desportivas especialmente o esporte educacional e a inclusão social por meio do esporte em diversas modalidades;
- u) Editar, publicar e distribuir conforme a Legislação vigente, jornais, livros, revistas, periódicos, CDS e quaisquer outras ferramentas de mídia;
- v) Prestar serviços de assistência técnicas e extensão rural para agricultores, famílias agroextrativistas, quilombolas, etnias indígenas, ribeirinhos, povos tradicionais, sobretudo população de baixa renda e em situação de pobreza extrema.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais de 2016 e 2015, a entidade adotou as leis de Nº 11638/2007, 11941/09, que alterou os artigos da lei Nº 6404/76 no que se refere aos aspectos da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme resolução CFC Nº 1374/11 (NBC TG), que trata da estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, conforme resolução CFC Nº 1376/11 (NBC TG 26), que trata da apresentação das demonstrações contábeis e demais normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade(CFC), em especial a resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou ITG 2002 para as entidades sem finalidade de lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC 1330/11 (ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos administrativos, por meio de processo eletrônico. As documentações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Livro Diário" que é posteriormente registrado no cartório de registro civil das pessoas jurídicas do município de Santarém - PA. A documentação contábil da entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, sendo está hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

NOTA 04 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Apuração dos resultados:
 - Os recursos de convênios e projetos são registrados em contas do passivo circulante - projetos a executar como contrapartidas das contas de receitas operacionais quando efetivamente utilizadas, simultaneamente com o reconhecimento das despesas realizadas;
 - As doações de terceiros são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas;
 - As demais receitas e as despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo princípio fundamental de contabilidade, o da competência do exercício;
 - As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço;
- b) Créditos:
 - Registram valores entregues como adiantamentos para realização de despesas para construção de poços e fossas enquanto não apresentada a competente prestação de contas.
- c) ATIVO IMOBILIZADO:
 - O Ativo Imobilizado está apresentado pelo seu custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear mediante a aplicação das taxas anuais previstas na legislação fiscal, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Descrição	Taxa de Depreciação	2016	2015
Ambulancha/Barco	10%	270.269,00	270.269,00
Terrenos	-	134.504,85	134.504,85
Linha Telefônica	-	2.253,94	2.253,94
Aparelhos & Equipamentos	10%	439.669,72	439.669,72
Computadores & Periféricos	20%	300.671,47	300.671,47
Imóveis	4%	316.908,41	316.908,41
Máquinas & Equipamentos	10%	239.315,85	239.315,85
Móveis & Utensílios	10%	93.417,87	93.417,87
Veículos	20%	353.019,40	353.019,40
Software	-	19.322,05	19.322,05
Total		2.169.352,56	2.169.352,56
(-) Depreciação Acumulada		(1.638.103,94)	(1.519.647,93)
Total do Imobilizado		531.248,62	649.704,63

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS:

O CEAPS - Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental é uma entidade isenta de recolhimento de IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social Sobre Lucro Líquido e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, por preencher os requisitos exigidos por lei para tal. Sujeito a PIS - Programa de Integração Social a razão de 1% (um por cento) sobre folha de pagamento.

NOTA 06

4- Disponibilidades

As disponibilidades de recursos encontram-se em contas bancárias, sob a modalidade de depósitos em contas correntes, aplicações financeiras ou em caderneta de poupança, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	PROJETO	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	Recursos Próprios	-	-
Banco Conta Movimento			
Banco do Brasil S/A	Funbio	5.438,85	1.777,77
Banco do Brasil S/A	Eco Turismo	-	402,49
Banco do Brasil S/A	Lázio	149,08	178,08
Banco do Brasil S/A	Salário	560,62	14.693,67
Banco do Brasil S/A	BMZ/LAZ	18.055,30	1.522,19
Banco do Brasil S/A	Projeto Vivo	37.747,49	759,02
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale	3.694,15	640,94
Banco do Brasil S/A	Doações	2.519,21	432,89
Banco do Brasil S/A	ATER	1.049,08	2.614,34
Banco do Brasil S/A	Petrobras	-	717,26
Banco do Brasil S/A	Avina	131,46	-
Banco do Brasil S/A	Mapfre	45.637,07	-
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale Overhead	2.260,37	-
Banco do Brasil S/A	Mott Overhead	175.612,53	-
Banco do Brasil S/A	Mott Foundation	796.233,88	-
		1.089.089,09	23.738,65
Caderneta de Poupança			
Banco do Brasil S/A	Ecoturismo	-	16,16
Banco do Brasil S/A	Avina	46,13	-
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale	29.665,46	21.484,54
Banco do Brasil S/A	Lazio	3,99	3,63
Banco do Brasil S/A	Doações	5.276,33	6.185,14
Banco do Brasil S/A	BMZ/LAZ	18.990,62	18.241,32
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale Overhead	319,33	-
Banco do Brasil S/A	Projeto Vivo	36.127,40	39.240,12
Banco do Brasil S/A	ATER	23.372,83	31.291,55
Banco do Brasil S/A	Funbio	2.912,65	696,54
Banco do Brasil S/A	Petrobras	-	8.925,81
Banco do Brasil S/A	SALARIO	49.969,43	50.381,56
Banco do Brasil S/A	Mott Overhead	666,30	-
		167.350,47	176.466,37
Banco Conta Aplicação			
Banco do Brasil S/A	Doações	1.946.788,00	1.698.897,45
Banco do Brasil S/A	Eco Turismo	-	7.758,93
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale	48.000,00	94.000,00
Banco do Brasil S/A	Lazio	11.000,00	11.000,00
Banco do Brasil S/A	Petrobras	-	1.500,00
Banco do Brasil S/A	Projeto Vivo	30.000,00	110.000,00
Banco do Brasil S/A	Funbio	172.000,00	-
Banco do Brasil S/A	Avina	143.000,00	-
Banco do Brasil S/A	Fundo Vale Overhead	17.000,00	-
Banco do Brasil S/A	Ater	785.000,00	-
		3.152.788,00	1.923.156,38
		4.409.227,56	2.123.361,40

NOTA 07Passivo CirculanteObrigações Trabalhistas

Consiste da provisão de encargos os quais foram calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

NOTA 08Passivo Exigível a Curto Prazo

Até a data do encerramento do balanço a instituição recebeu antecipadamente **R\$ - 4.160.316,83** para custeio de despesas das fontes financiadoras do exercício subsequente conforme contratos:.

Projetos	31.12.2016	31.12.2015
Avina	143.177,59	-
Doações	1.952.064,33	1.698.897,45
Funbio	180.351,50	2.474,31
Regione Lazio	11.153,07	181,71
Projeto Vivo	103.874,89	149.999,14
Mott Foundation	796.233,88	-
ATER	809.421,91	543.717,19
Ecoturismo	-	8.177,58
BMZ	37.045,92	19.763,51
Fundo Vale	81.356,67	116.125,48
Petrobras	-	11.143,07
Mapfre	45.637,07	
TOTAL	4.160.316,83	2.551.237,17

NOTA 09Doações Recebidas

As doações são contabilizadas em contas de receita, e as doações para constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social, registradas mediante documento hábil.

Doação	Valor
Pessoa Jurídica	4.601.410,64
TOTAL	4.601.410,64

NOTA 10Aplicação dos Recursos

O CEAPS tem como objetivo a aplicação de recursos nos processos participativos e integrado de desenvolvimento comunitário, contribuindo de maneira demonstrativa e concreta na constituição de políticas sociais atendendo as comunidades mais necessitadas desta região, conforme especificado no relatório anual de atividades. Além das gratuidades, as doações foram aplicadas em atividades operacionais da Entidade.

NOTA 1111.1 - Assistência Social – Gratuidades

Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 3º Inciso VI do Decreto nº 2.536, de 06/04/98, conforme demonstrativo comparativo extra-contábil, conforme demonstrativo abaixo:

Demonstrativo 2016	Total	Subvenções	Base de Cálculo	Gratuidades	Percentual
Receitas	4.601.410,64	(881.622,94)	3.719.787,70	1.454.582,46	39,10%
Total	4.601.410,64	(881.622,94)	3.719.787,70	1.454.582,46	39,10%

NOTA 12 - Gratuidades Concedidas

As gratuidades concedidas estão evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício, em contas específicas, de acordo com o relatório de atividades e planilhas de custos.

Gratuidades	Valor
Custo c/Formação	838.801,76
Custo c/Recursos Humanos	615.780,70
Custo c/Capacitação	-
Custo c/Doação	-
TOTAL	1.454.582,46

NOTA 13 - Isenção Previdenciária

Em dezembro de 2009 a entidade foi enquadrada como entidade beneficente, com base na Lei 12101/09, ficando, portanto isenta do recolhimento da quota patronal do INSS - em atendimento ao artigo 4º do Decreto nº 2536 de 06.04.1998, e de conformidade com o Artigo 206 do Decreto nº 3048/99, são demonstradas a seguir os valores às isenções previdenciárias como se devido fosse gozadas durante o exercício:

Rubricas	Valor	%	Valor INSS	Gratuidades
Salários	1.062.746,70	26,80	284.816,12	1.454.582,46
Serviços Prestados	42.460,00	20,00	8.492,00	1.454.582,46

NOTA 14Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido das aquisições de doações de bens pertencentes ao ativo imobilizado, do Superávit e diminuído dos Déficits ocorridos.

NOTA 15Déficit Verificado

O Déficit do exercício no valor de R\$ = (27.776,16), assim demonstrado:

Nomenclatura	Receitas	Despesas	Déficit/Superávit
➤ Demonstrativo	4.601.410,64	(4.629.186,80)	(27.776,16)
TOTAL	4.601.410,64	(4.629.186,80)	(27.776,16)

Rodrigo Jose de Sampaio Leite Filho	Wander Luis Soares da Silva
CEAPS	CRC - PA 013062/O-0
CPF. 063.529.118-54	CPF. 511.256.922-00

15. ANÁLISE DAS CONTAS CONTÁBEIS✓ **Ativo Circulante****a) Banco Conta Movimento – Recursos Livres**

Verificamos os extratos bancários e identificamos os devidos registros nos seus balancetes na conta Banco conta Movimento, não apresentando irregularidades em seu saldo no dia 31.12.2016, conforme demonstramos a seguir:

Bancos	C/ Corrente	Projeto	Saldo
Brasil S/A	58.087-2	Doações	2.519,21

b) Banco Conta Movimento – C/Restrição

Verificamos os extratos bancários e identificamos os devidos registros nos seus balancetes na conta Banco conta Movimento – C/Restrição, não apresentando irregularidades em seu saldo no dia 31.12.2016 conforme demonstramos a seguir:

Bancos	Conta Corrente	Projeto	Saldo 31.12.2016
Brasil S/A	90096-6	Funbio	5.438,85
Brasil S/A	82496-8	Fundação Vale	3.694,15
Brasil S/A	14681-1	Régio Lázio/Itália	149,08
Brasil S/A	19957-5	Conta Salário	560,62
Brasil S/A	41.758-0	BMZ-LAZ	18.055,30
Brasil S/A	58872-5	VIVO	37.747,49
Brasil S/A	84252-4	ATER	1.049,08
Brasil S/A	96831-5	Avina	131,46
Brasil S/A	96943-5	Mapfre	45.637,07
Brasil S/A	96350-x	Fundo Vale Overhead	2.260,37
Brasil S/A	97439-0	Mott Overhead	175.612,53
Brasil S/A	97438-2	Mott Foundation	796.233,88
Total			1.086.569,88

c) Banco Conta Aplicação com Liquidez Imediata – Recursos com Restrições

Verificamos os extratos bancários de aplicação liquidez imediata e identificamos os devidos registros nos seus balancetes na conta aplicação, não apresentando irregularidades em seu saldo no dia 31.12.2016 conforme demonstramos a seguir:

Bancos	Conta Corrente	Projeto	Saldo 31.12.2016
Brasil S/A	82496-8	Fundação Vale	48.000,00
Brasil S/A	14681-1	Régio Lázio/Itália	11.000,00
Brasil S/A	58872-5	VIVO	30.000,00
Brasil S/A	90096-6	Funbio	172.000,00
Brasil S/A	96831-5	Avina	143.000,00
Brasil S/A	58087-2	Doações	1.946.788,00
Brasil S/A	96350-x	Fundo Vale Overhead	17.000,00
Brasil S/A	84252-4	ATER	785.000,00
Total			3.152.788,00

d) Caderneta de Poupança – Reserva Demissional

Identificamos os devidos registros em seus extratos e balancetes aplicação em caderneta de poupança – reserva demissional em 31.12.2016, conforme demonstramos a seguir:

Bancos	Conta Corrente	Projeto	Saldo
Brasil S/A	82496-7	Fundação Vale	29.665,46
Brasil S/A	14681-1	Lázio	3,99
Brasil S/A	58087-2	Doações	5.276,33
Brasil S/A	41758-0	BMZ-LAZ	18.990,62
Brasil S/A	58872-5	VIVO	36.127,40
Brasil S/A	84252-4	ATER	23.372,83
Brasil S/A	9009-6	Funbio	2.912,65
Brasil S/A	19957-5	Conta Salário	49.969,43
Brasil S/A	96831-5	Avina	46,13
Brasil S/A	96350-x	Fundo Vale Overhead	319,33
Brasil S/A	97439-0	Mott Overhead	666,30
Total			167.350,47

a) Empréstimos a Receber

Verificamos através da documentação, extratos bancários, transferências entre contas correntes do projeto como “Empréstimo” para atividades fins daquele projeto e posterior devolução, conforme demonstramos a seguir:

Data	Transferência		Valor	
	Do Projeto	Para Projeto	Parcial	Total
20.02.2014	Lázio/Itália	ATER	5.000,00	
24.02.2014	Lázio/Itália	ATER	5.000,00	
10.04.2014	Lázio/Itália	ATER	25.000,00	
30.04.2014	Lázio/Itália	ATER	3.000,00	
14.07.2014	Lázio/Itália	ATER	15.000,00	53.000,00
30.11.2016	Doações	BMZ-LAZ	40.000,00	
01.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	12.000,00	
06.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	1.500,00	
07.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	1.000,00	
07.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	10.000,00	
15.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	25.000,00	
22.12.2016	Doações	BMZ-LAZ	35.000,00	124.500,00
04.04.2016	Doações	ATER	5.000,00	5.000,00
Total				182.500,00

✓ Não Circulante

a) Imobilizado

Verificamos através da documentação e razão contábil aquisições no exercício de 2016, como também depreciação, conforme demonstramos a seguir:

Rubricas	Saldo 31.12.2015	Saldo 31.12.2016
Imóveis	316.908,41	316.908,41
Aparelhos Equipamentos	439.669,72	439.669,72
Móveis e Utensílios	93.417,87	93.417,87
Veículos	353.019,40	353.019,40
Computadores e Periféricos	300.671,47	300.671,47
Direito Uso Linha Telefônica	2.253,94	2.253,94
Máquinas e Equipamento	239.315,85	239.315,85
Terrenos	134.504,85	134.504,85
Barco Motorizado	270.269,00	270.269,00
Software	19.322,05	19.322,05
Sub Total	2.169.352,56	2.169.352,56
Depreciação Acumulada	1.519.647,93	1.638.103,94
Total	649.704,63	531.248,62

✓ Passivo Circulante

a) Empréstimos entre Projetos

Verificamos através da documentação e razão contábil a transferência entre contas correntes dos projetos para atividades fins dos projetos, conforme demonstramos a seguir:

Data	Transferência		Valor	
	Do Projeto	Para Projeto	Parcial	Total
20.02.2014	ATER	Lázio/Itália	5.000,00	53.000,00
24.02.2014	ATER	Lázio/Itália	5.000,00	
10.04.2014	ATER	Lázio/Itália	25.000,00	
30.04.2014	ATER	Lázio/Itália	3.000,00	
14.07.2014	ATER	Lázio/Itália	15.000,00	124.500,00
30.11.2016	BMZ-LAZ	Doações	40.000,00	
01.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	12.000,00	
06.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	1.500,00	
07.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	1.000,00	
07.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	10.000,00	
15.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	25.000,00	
22.12.2016	BMZ-LAZ	Doações	35.000,00	
04.04.2016	ATER	Doações	5.000,00	
			5.000,00	
Total				182.500,00

b) Obrigações Trabalhistas

Provisão de Férias

Verificamos através da documentação e razão contábil a provisão no montante de R\$ 98.644,02 (Noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro e dois centavos).

✓ **Exigível a Longo Prazo**

a) Projetos e Convênios a Executar

Verificamos através da documentação e razão contábil, transferências das receitas desse exercício para o outro, para aplicação nas atividades da entidade, conforme demonstramos a seguir:

Projetos/ Convênios	Valores a executar
Projeto Funbio	180.351,50
Doações	1.952.064,33
BMZ-LAZ	37.045,92
Lázio	11.153,07
Projeto Vivo	103.874,89
Ater	809.421,91
Fundo Vale	81.356,67
Avina	143.177,59
Mapfre	45.637,07
Mott Foundation	796.233,88
Total	4.160.316,83

✓ **Patrimônio Líquido**

É apresentado em valores compreendendo o Patrimônio Social acrescido dos superávits e diminuindo os déficits e os ajustes ocorridos, conforme demonstramos a seguir:

Rubricas	Patrimônio Líquido	Doações Patrimoniais	Superávit/ Déficit		Ajuste Exercício	Total
			Acumulado	Exercício		
Patrimônio Líquido	953.331,08	79.582,77	1.272.734,42	34.477,18	(1.605.700,34)	734.425,11
Ajustes Exercício	-	-	-	-	(25.945,63)	(25.945,63)
Transf. do Resultado Anterior	-	-	34.477,18	(34.477,18)	-	-
Superávit do Exercício	-	-	-	(27.776,16)	-	(27.776,16)
Patrimônio Social	953.331,08	79.582,77	1.307.211,60	(27.776,16)	(1.631.645,97)	680.703,32

Recife (PE), 20 de Março de 2017.
AUDICONTA - Auditores e Consultores S/C



Eliano Roberto de Lima
Auditor/ Contador – CRC (PE) 005976/O-0